



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Relatório Ambiental Preliminar–RAP do empreendimento “Aeroporto Civil Metropolitano do Guarujá”, de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Guarujá, realizada na cidade de Guarujá, em 17 de maio de 2007.

Realizou-se, no dia 17 de maio de 2007, às 17h00, no Clube Sociedade Esportiva Itapema-Salão Social, Rua Agenor de Assis, 97, Vicente de Carvalho-Guarujá-SP, a audiência pública sobre o Relatório Ambiental Preliminar–RAP do empreendimento “Aeroporto Civil Metropolitano do Guarujá”, de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Guarujá (Proc. SMA 13.748/2005). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas-vindas a todos os representantes do Poder Executivo – Farid Said Maid, Prefeito do Município de Guarujá, Aviador Jorge Tebicherane, Comandante da Base Aérea de Santos, e Orlando Pereira dos Santos, Delegado Regional da Aviesia - e do Poder Legislativo – Francisco Pereira, Gerado Soares, José Arnóbio, Paulo Piasenti e Marcelo Mariano, Vereadores do Município de Guarujá, Eduardo Pereira, Vereador do Município de Bertioga, e Fábio Nunes, Vereador do Município de Santos -, como também aos representantes dos órgãos públicos – Orlando Pereira dos Santos, Delegado Regional da Aviesia, e Ten. Klein, vinculado à Polícia Ambiental -, das organizações da sociedade civil e das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar dessa audiência sobre o Relatório Ambiental Preliminar–RAP do empreendimento “Aeroporto Civil Metropolitano do Guarujá”, de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Guarujá. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Celina Bragança Cláudio. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Depois de os representantes do empreendedor, Élson Maceió dos Santos, Secretário de Meio Ambiente do Município de Guarujá, Mauro Sczulca, Secretário de Planejamento do Município de Guarujá, e Farid Said Madi, Prefeito do Município de Guarujá, apresentarem o projeto e de Thais Garagnani, representante da DTA Engenharia, apresentou o RAP, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das entidades da sociedade civil. José Geraldo Gomes Barbosa, representante da OAB Seção-Santos, depois de dar parabéns à Prefeitura Municipal, pela iniciativa, e à equipe consultora pela realização do RAP, declarou sua preocupação com a segurança operacional desse aeroporto, uma vez que a área onde será implantado se localiza entre três lixões, o das Neves, o de Santos e o de Guarujá, motivo pelo qual se deve levar ao conhecimento do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista a necessidade de se enfrentar o problema gerado pela proximidade desses lixões, principalmente em virtude da presença de urubus, fator de insegurança que deve ser descartado e não negligenciado. Giulius César Gomes Aprígio, representante do Coletivo Alternativa Verde-Guarujá, depois de declarar que todo esse comercial feito tinha como objetivo a forma de tratar o meio ambiente chamou atenção para o fato de aqueles que detêm o poder usarem com o mesmo significado as palavras crescimento e desenvolvimento, embora crescimento signifique quantidade, e desenvolvimento, qualidade, e que ninguém pode dizer que nessa região



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

houve desenvolvimento, pois ocorreu apenas crescimento, pois existem os mais diferentes problemas ambientais, para os mais diversos gostos e posições. Comentou, ainda, que as pessoas que moram na região vivenciariam os vários problemas que o funcionamento desse equipamento gerará, como, por exemplo, o ruído e o aumento do trânsito que a entrada em circulação dos caminhões de carga, como também o incremento da poluição do ar, que será muito maior e se somará com a de Cubatão. Comentou que, em vez de se discutir o desenvolvimento com qualidade, se discutia tão-somente o crescimento econômico. Passou a ler um texto que afirmou ter sido elaborado pela entidade que representava e que, entre outras afirmações, dizia: que as Prefeituras da região estavam empurrando, de goela abaixo, um grande projeto, que causaria ainda mais impactos à região e privilegiaria tão-somente os grandes interesses econômicos, embora grande parte da população vivesse em favela e muito poucos tivessem acesso ao saneamento básico; que a qualidade de água é questionável e a necessidade de desenvolvimento sustentável é novamente ignorada; que existia a idéia de que não se deveria preocupar com esse problema da região uma vez que as grandes corporações internacionais podiam investir milhões em um projeto que priorizava o crescimento econômico desenfreado, com articulações políticas e partidárias que seriam muito lucrativas para alguns políticos locais; que os ambientalistas conheciam esse jogo e dele não faziam parte; que se queria o desenvolvimento sustentável, que incluísse a população e levasse em conta o meio ambiente poluído e saturado e que esse empreendimento só facilitará as grandes corporações e o comércio internacional; que a construção desse aeroporto se apresentava como mais um problema que só agravaria a poluição do ar, das águas, somando-se à contaminação já provocada pelo Porto de Santos e pelo pólo industrial de Cubatão; que esse empreendimento aumentará a poluição sonora e agravará ainda mais a qualidade de vida da população já sofrida de Vicente de Carvalho, ou seja, esse projeto causará impactos sociais e ambientais numa região que carece de uma política ambiental séria e que vive de vitrines ambientais promovidas por várias secretarias municipais interesseiras; que a população não quer esse aeroporto, e, sim, uma política ambiental séria que tente recuperar o passivo ambiental, e não aumentá-lo ainda mais, que valorize as comunidades caiçaras e que cobre das grandes corporações o equacionamento dos passivos que causaram. Ao final, pediu que todos dissessem não ao Aeroporto Civil Metropolitano do Guarujá, que as entidades ambientalistas não estavam enganadas a esse respeito, e que, se um avião incomodava muita gente, muitos incomodarão muito mais. Maria Tereza Ortale, representante da Delegacia Regional de Turismo do Estado de São Paulo, depois de cumprimentar o Prefeito do Município pela oportunidade que criou para que a população se manifestasse acerca dessa nova alternativa de projeto, declarou que o acompanhava desde 1998, o que lhe permitia constatar ter ele evoluído, uma vez que os impactos haviam sido realmente minimizados. Declarou, também, que o turismo da Baixada Santista tinha de ser encarado de frente, porque, ou se assumiria uma postura profissional de se trabalhar com qualidade, criando condições para que esta característica fosse a grande oferta e para que população pudesse receber, continuamente, o fluxo de turistas, ou se permaneceria nesse marasmo em que o município se encontrava. Comentou que se tratava, realmente, de uma obra importante, e esperava que os munícipes usufríssem dos benefícios que ela trará para a região e que a alternativa da não-implantação poderia significar um retrocesso desse processo em relação ao qual se vinha empenhando para que ele ocorresse. Ao final, declarou que sua palavra era de incentivo e apoio e que a Delegacia sempre esteve interessada nesse assunto e que se poderia contar com ela. Marta Pereira de Santana, representante da Associação de Quiosqueiros do Guarujá, comentou que pretendia demonstrar o seu apoio à Administração Municipal, pois esse aeroporto era um sonho antigo da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

população, principalmente para as pessoas que trabalhavam com o turismo, pois ele gerará emprego e trabalho para aquelas que moravam na favela e que estavam desempregadas. Luiz Augusto de Lima Silva, representante da Universidade de Ribeirão Preto-*campus* Guarujá, depois de cumprimentar as autoridades e pessoas presentes, leu o seguinte texto: “A Unaerp - Universidade de Ribeirão Preto, *campus* Guarujá, instalou-se nessa cidade no ano de 2000 com a missão de gerar e difundir conhecimentos que promovam e contribuam para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, fundamentados em princípios éticos e cristãos, com liberdade de pesquisa, inovação do ensino e de sua extensão, mantendo a constante interação com contextos nacionais e internacionais. A Universidade de Ribeirão Preto é reconhecida como uma universidade de referência local, regional e com uma visibilidade nacional e internacional baseada em sua tradição de mais de 85 anos de atuação no segmento educacional e sua capacidade de inovação superação de desafios, colaboração interdisciplinar, qualidade de seus cursos e pela prestação de serviços à comunidade, indo ao encontro das necessidades sociais e de mercado. Esta visão reconhece que a educação superior no Brasil é desafiada sempre pelas necessidades da sociedade, do mercado e da cultura neste novo século. A Unaerp deverá estar posicionada para aceitar esses desafios bem como a responsabilidade de se manter como uma referência dos avanços da educação, inovação tecnológica e científica, expressando sua criatividade na busca de fomentar uma atmosfera de motivação intelectual, inovação e empreendedora. Por essas razões, senhoras e senhores, a Unaerp vem investindo todas as suas energias institucionais em Guarujá, acreditando ser esta uma cidade que está em franco processo de desenvolvimento sócio-econômico e que precisa, mais do que nunca, dotar-se das infra-estruturas necessárias para que esse desenvolvimento seja sentido pela maioria da população através da geração de emprego e renda aos nossos trabalhadores. É inegável que o turismo é, senão a principal, uma das principais fontes de renda de grande parte dos comerciantes e trabalhadores guarujaenses. Também é visível a intensificação da atividade portuária na chamada Margem Esquerda do Estuário, que nós, porém, preferimos chamar de Porto de Guarujá. A instalação de novos terminais e a modernização dos que já existiam deram ao nosso porto uma importância logística jamais vista e que ainda não foi totalmente assimilada por nossa comunidade. Aqui quero deixar registrados os cumprimentos à Prefeitura do Guarujá que, através de novo plano diretor, chama a atenção de todos a esta nova realidade e, de forma consciente, está propondo um regramento para que esse novo cenário traga à Guarujá os benefícios sociais dos quais é potencialmente capaz. Neste contexto, a implantação do Aeroporto Civil de Guarujá torna-se uma questão estratégica para o nosso desenvolvimento local e regional, pois sua operação poderá propiciar a todos mais uma importante cadeia logística tanto do ponto de vista da indústria turística quanto das necessidades portuárias. Hoje, não se pensa mais em desenvolvimento sem se levar em conta os critérios de sustentabilidade sócio-ambiental, pois essas questões estão cravadas em nossas agendas e, quiçá um dia, poderemos dizer que estão cravadas também em nossas consciências. Por isso, ações como estas que estamos desenvolvendo hoje revestem este empreendimento de uma aura de credibilidade, pois aqui estamos para dirimir quaisquer dúvidas que ainda possam pairar sobre a implantação do aeroporto. Que bom que é assim!!! Que bom que a democracia nos fez aprender que através da discussão não confrontamos apenas nossas diferenças, e, sim, construímos consensos, co-responsabilidades e crescemos juntos. Assim, a Universidade de Ribeirão Preto-*campus* Guarujá declara nessa audiência pública seu total apoio à implantação do Aeroporto Civil Metropolitano do Guarujá e coloca desde já à disposição das autoridades e da comunidade em geral toda a sua estrutura acadêmica para auxiliar no que for preciso, visando à aceleração desse processo que hoje é de fundamental importância para a nossa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

comunidade. Agradecemos a oportunidade desejando a todos uma boa viagem rumo a um futuro promissor. Assinado: Priscilla Maria Bonini Ribeiro–Diretora Geral da Unaerp-Campus Guarujá”. Sérgio Miguel S. Alcântara, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos, declarou que tinha seis questionamentos para endereçar à Mesa: 1) quais os tipos de aeronaves e quais alcances das vias comerciais e de passageiros que poderão operar no aeroporto; 2) qual o tipo de demanda de passageiros que poderá ser atendida por essas linhas; 3) como será feita a ligação de passageiros entre o aeroporto e a população de Santos, principal núcleo dessa demanda; 4) em que medida essas linhas de passageiros servirão para aumentar o fluxo de turistas, durante os feriados e períodos de temporada; 5) qual a previsão futura de expansão das pistas e das linhas e se há previsão do aeroporto se tornar internacional; 6) qual a vantagem direta de sua operação para a população local. Ricardo A. Roman Júnior, representante do Guarujá Convention Visitors Bureau, depois de cumprimentar as autoridades presentes, comentou: 1) que, para os guarujaenses, um sonho se realizava com a construção desse aeroporto, pois, ao nascer, há 38 anos, esse aeroporto já existia, pois ouvia seu pai falar que esse equipamento contribuiria para diminuir os empregos sazonais, uma vez que a economia da cidade só se movimentava no verão, durante as atividades turísticas, ocasião em que o comércio amplia a utilização da mão-de-obra, o que deixaria de existir, pois a mão-de-obra seria empregada de modo contínuo, como era o caso de sua empresa, que, ao terminar a temporada, se via obrigada a dispensar entre vinte e trinta por cento dos funcionários, e isso acontecia com quase todas as empresas existentes no Guarujá; 2) que o aeroporto era uma ferramenta importante para que no futuro próximo os comerciantes obtivessem faturamento contínuo o ano inteiro, e que o próximo passo a ser dado pela Administração Municipal deveria ser a construção de um centro de convenções, equipamento este que atrairia o turismo de negócios, o que acontece durante o ano inteiro, mesmo no inverno, pois os empresários podem vir ao Guarujá a trabalho, e esse equipamento ainda estava faltando; 3) que, atualmente, existiam apenas alguns centros de convenção particulares, e que um centro de convenção e um aeroporto andavam juntos. Rosivaldo Aziz Illiponti, representante da Associação das Agências de Viagem de Ribeirão Preto e Região, depois de cumprimentar a todos, reiterou o ponto de vista sobre a importância desse aeroporto, o que pôde reconhecer nesse dia, na viagem que fez para comparecer à audiência, pois gastou seis horas, mas teria gastado apenas uma se pudesse ter vindo de avião. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em seu próprio nome. Valmir Soares da Rocha comentou que tinha a idéia de que poderia falar por mais tempo, mas, como isso não acontecia, protocolaria sua contribuição com o intuito de aprimorar esse projeto e que nessa correspondência ele relacionava onze pontos sobre os quais tecia considerações e fazia sugestões. Depois de o Secretário-Executivo informar que os documentos seriam entregues ao empreendedor e ao consultor para que pudessem respondê-los, o manifestante declarou que as questões que formulara eram endereçadas ao Secretário Municipal de Planejamento. Moézio Rebouças, depois de declarar que essa audiência não tinha sido suficientemente divulgada e que esse projeto estava sendo empurrado de goela abaixo, fez uma série de ataques às autoridades presentes, e, ao concluir, perguntou se a população fora informada: 1) sobre a série de incômodos que esse aeroporto produziria; 2) sobre o aumento do fluxo de automóveis, do lixo, de poluição visual e do aumento do consumo e do surgimento de necessidades artificiais; 3) sobre a grande interferência que ele causará no meio ambiente; 4) sobre o aumento da especulação imobiliária e de hotéis de luxo e resorts no litoral paulista; 5) sobre o fato de o transporte aéreo ser o que mais consome combustível e ser também o meio de transporte mais nefasto para o meio ambiente; 6) sobre a contribuição que esse meio de transporte fornece para a ocorrência de mudanças climáticas com a produção de gás



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

carbônico e do efeito estufa; 7) sobre a alteração que ele promoverá na rota das aves migratórias que passam pelo corredor ecológico existente nessa região e na vida de todos os seres vivos que habitam nela; 8) sobre a sua localização próxima do Complexo da Alemoa, que possui produtos químicos que contribuem para a ocorrência de incêndios e cujo desastre que provocam é incalculável. Ao final, perguntou por que, em virtude da ocorrência de todos esses problemas, em vez de se construírem aeroportos não se constroem ferrovias e declarou que somente a burguesia usava avião. Zoenio Garcia Ciqueira comentou que, como morador de Guarujá e funcionário da Prefeitura local, vinha acompanhando de perto a discussão sobre esse aeroporto e era fundamental se considerar que a pista já existia, embora se encontrasse desativada em decorrência do esvaziamento das atividades da Base Aérea, e que, se o aeroporto não for aprovado, se estaria diante de um dos maiores “elefantes brancos” já construídos no país e no qual haviam sido investidos milhões de reais. Comentou, ainda, que a Administração Municipal desenvolveu o projeto pautado em grande responsabilidade administrativa e que todos os cuidados seriam tomados em relação aos seus impactos. Averaldo Menezes Almeida declarou que já participou de inúmeras audiências públicas e que, sem dúvida, esta era a que menos informação trouxe à população, mas que, apesar disso, não podia concordar com as afirmações feitas pelos secretários municipais responsáveis pela apresentação do projeto que afirmaram que a construção de aeroporto não ocasionaria impactos nem na vegetação nem na fauna e tampouco causaria poluição sonora, embora se dissesse que seriam suprimidos 140 metros de matas no entorno da pista e que alguns indivíduos da fauna local poderiam vir a ser suprimidos, mas talvez não pertencessem a espécies em risco de extinção, pois era indiscutível a ocorrência de ruído, o qual causaria um transtorno contínuo na população. Richard Goelder, representante da Comissão de Meio Ambiente da OAB Seção-Baixada Santista, fez os seguintes questionamentos: 1) qual o tipo de contrato e de que forma será gerenciado o prazo de exploração do aeroporto, uma vez que, passados cinco anos, o contrato deveria constituir-se uma parceria público-privada; 2) se existe plano básico de isolamento do ruído do aeroporto que estabeleça as restrições do uso do solo, conforme determinam os Artigos 43 e 44 do Código Brasileiro da Aeronáutica; 3) se há padronização da apresentação de projetos de tratamento acústico com informações sobre material utilizado; 4) se o nível de ruído para conforto acústico obedece a NBR 10152; 5) se foram apresentados cálculos realizados para obtenção e redução dos ruídos necessários; 6) se foram apresentados o valor de redução de ruído total, de acordo com os valores estabelecidos pela NBR 8572 da ABNT, e a fixação de valores para redução de nível de ruído para tratamento acústico de edificação exposto ao ruído da Aeronáutica; 7) se seriam obedecidas todas as determinações da Resolução Conama 01 e 02/90, que trata da poluição sonora ambiental; da Lei do Ministério da Aeronáutica número 89.43, de zoneamento de ruído no entorno do aeroporto; da Lei Estadual 997 e do Decreto Estadual 8468/83. Passou-se à etapa em que se manifestam membros do Consema e do Comdema. Solange Rodrigues, representante do Comdema do Município de Guarujá, depois de declarar que fazia parte desse Conselho por paixão, e que, embora fosse efetivamente apaixonante a causa ambiental, devia-se aprender a ponderar o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, abraçar a causa ambiental e, portanto, o Planeta em seu todo, comentou: 1) que se deveria levar em conta que esse aeroporto seria construído de qualquer forma, pois, como afirmou o Secretário Municipal de Meio Ambiente, sequer era necessária a realização dessa audiência pública; 2) que não conseguia visualizar a terceira etapa do licenciamento, pois, se todos os estudos estavam sendo elaborados e se estavam aprovados se tornavam desnecessários os comentários, as sugestões e os questionamentos; 3) que, como já se considerava aprovado o aeroporto, pelo fato de ele causar problemas sérios à população, pedia ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Secretário de Meio Ambiente e ao Prefeito do Município que firmassem um TAC com o Ministério Público, de modo a estabelecer o horário de funcionamento desse equipamento, e, desse modo, criar a possibilidade de se vivenciar da melhor maneira possível os transtornos a serem causados pelos ruídos, e ficaria grata se essas informações viessem a ser oferecidas em uma próxima audiência; 4) que algumas vantagens deveriam ser oferecidas, entre as quais a construção de escola de formação ambiental que contribua para que Guarujá se torne uma cidade-modelo de gestão ambiental. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. Luiz Carlos Rachid, Diretor-Assistente da Agência Metropolitana da Baixada Santista, declarou: 1) que a implantação desse aeroporto ampliaria as possibilidades de surgirem no Guarujá novas empresas ligadas ao turismo, inclusive de hotelaria, o que vinha ao encontro de uma carência muito grande na região, que era a falta de oportunidade profissional para a maioria dos jovens; 2) que esse equipamento poderia vir a constituir-se numa nova alternativa, uma vez que a capacidade dos aeroportos de Congonhas e de Cumbica encontrava-se praticamente superada; 3) que a Petrobrás instalará quatorze plataformas na Bacia de Santos, as quais precisarão de apoio logístico, o que possibilitará a geração de milhares de oportunidades de emprego também nessa região; 4) que o Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista - através da Agência Metropolitana da Baixada Santista, da Associação Comercial, do Sebrae, da Petrobrás, da FIESP e das Prefeituras, do Convention Visitors Bureau e da Agência Nacional da Aviação Civil - oferecia total apoio à construção desse aeroporto; 5) e que o processo democrático instalado foi muito importante e a realização dessa reunião demonstrava maturidade dos moradores não só de Guarujá, como também de toda a região. Marcos Basile, Diretor de Parques e Áreas Verdes da Prefeitura do Guarujá, comentou que era fácil defender a implantação desse aeroporto e que também era muito importante ouvir as críticas e as ponderações, pois o objetivo da audiência era debater. Comentou, também, que tinha boa vontade para compreender a preocupação com os impactos ambientais, afinal de contas não se fez o Estudo de Impacto Ambiental e o RAP já mostra que haverá impacto. Declarou que propunha fosse construída uma cortina vegetal densa em torno de toda a Base Aérea, a qual se encrava numa área da ilha já bastante destacada, o que faz crer que os impactos sonoros não seriam tão relevantes. Declarou, também, que o plano diretor já previa medidas para que não houvesse adensamento na região do aeroporto, e que todos os aspectos criticados durante essa audiência, de forma pontual, foram contemplados por esse instrumento, pois não se pretendia apenas construir uma pista, mas tentava-se implantar um projeto de desenvolvimento da cidade como um todo, que contemplasse também a geração de emprego. Comentou, igualmente, que era estratégica, para o turismo, a implantação do aeroporto – cuja implantação já havia sido pensada pelas gestões anteriores - por se tratar de uma região portuária. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Paulo Piasenti, Vice-Presidente da Câmara Municipal, comentou: 1) que em alguns aspectos a sociedade estava se conscientizando de alguns problemas, e que um deles dizia respeito ao plano diretor, que se encontra sub-judice, pelo fato de ter sido elaborado pela mesma empresa que fez o RAP e de ter recebido mais de cem ementas, em decorrência do fato de não ter sido discutido pela população, ou seja, não ter havido transparência na sua elaboração; 2) que era inegável a importância desse projeto, mas também eram importantes as políticas públicas necessárias para sua implantação, entre as quais uma infraestrutura que acoplasse o aeroporto em seu todo; 3) que essa reunião foi frutuosa, democrática, mas que todos devem estar atentos a esse projeto e, também, à necessidade de implantação das políticas públicas; 4) que era necessário ter emprego, ter desenvolvimento, mas também se criarem as condições para que o morador de Vicente de Carvalho participe e, depois, não alegue que não teve



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

conhecimento desse empreendimento até que foi implantado.. Marcelo Mariano, Vereador do Município de Guarujá, declarou que teve oportunidade de visitar a construção da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, considerada uma grande obra de engenharia, e, só para se ter uma idéia, o percentual destinado ao projeto ambiental correspondia a 5% do valor do empreendimento. Declarou, ainda, que não identificava nenhum grande impacto que seria causada pela construção civil do aeroporto e contestava algumas das informações oferecidas, entre as quais: 1) aquela que dizia respeito à facilidade de acesso a esse empreendimento, pois ela inexistia, o que tornava imprescindível o remanejamento de algumas vias públicas, e, antes de tudo, que se fizesse um estudo sobre essa acessibilidade; 2) a que dizia respeito à existência de uma rede apropriada de esgoto, o que não era verdade, e era necessário que isso fosse feito; 3) sobre a afirmação de que o aeroporto não se localizava em área urbana; 4) sobre a afirmação de que os ruídos seriam baixos e temporários. Comentou que via uma coincidência entre a elaboração do plano diretor e os estudos do aeroporto, pois entendia que na elaboração do primeiro se optou por um adensamento, na medida em que se optou por um aumento do gabarito de alguns bairros, entre os quais se inclui Vicente de Carvalho, que, por sua vez, já viveu um processo de ampliação e que, agora, o provável processo de adensamento populacional que se verificará poderá contribuir para sua verticalização, sem que ele conte com condições – vias públicas, redes de esgoto etc. – para atender esse aumento da população, e que, por isso, o adensamento populacional previsto pelo planejamento cruzava com a implantação do aeroporto, que, também, será utilizado para transporte de cargas, cuja distribuição exige a ampliação das vias públicas. Comentou que, sem dúvida, há aspectos positivos no plano diretor, mas faltava conhecimento dos técnicos da cidade, e pedia que eles se envolvessem e participassem da elaboração desses temas, uma vez que as questões locais devem ser colocadas em primeiro plano e, como os técnicos de Guarujá não se envolveram com esse estudo, ele não contempla essas questões. Fábio, Vereador do Município de Santos, depois de oferecer um histórico de sua atuação ambiental, fez duas críticas: uma delas dizia respeito ao fato de o Secretário-Executivo não ter concedido à palavra ao Tenente-Coronel da Base Aérea de Santos, o que era lamentável, pois não constará da ata seu pronunciamento; uma outra crítica dizia respeito ao fato de nenhum membro do Consema participar dessa audiência, o que era temeroso, porque, por se tratar de uma audiência preliminar, RAP, muitas informações iniciais que foram fornecidas poderão auxiliar o Plenário ao decidir sobre esse empreendimento, e seus membros teriam como subsídio apenas a ata, dado que nenhum deles participou dessa discussão. Declarou que protestava contra o tardio início da reunião, que lembrava as estratégias utilizadas no período da ditadura para evitar a participação popular, e também a falta de representatividade nessa audiência, uma vez que a comunidade que será atingida diretamente - a que residia no entorno do empreendimento - não fora ouvida e seus pontos de vista eram importantes para adequação desse projeto. Ao concluir, comentou que a população de Santos não contestava a implantação desse empreendimento porque só auferiria benefícios com ele, e não sofreria seus impactos, e que sua proposta era que uma das contrapartidas desse empreendimento fosse a criação de uma unidade de conservação na região, e solicitava lhe fosse encaminhada uma cópia da ata ou ela fosse colocada na internet, uma vez que no ato de inscrição não foi exigido a caixa postal eletrônica. Luiz Romazzini, Vereador do Município de Guarujá, fez os seguintes comentários: 1) que toda a vez que surgia essa discussão lhe surgiam algumas preocupações –, e uma delas dizia respeito à dificuldade de a população participar dessa discussão, embora sua oitiva fosse considerada, pela legislação, como o objetivo principal desse procedimento de licenciamento ambiental, mas, infelizmente, eram raras as pessoas presentes que viviam nas proximidades da área onde será



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

implantado o aeroporto, como também eram poucas que residiam em Vicente Carvalho, embora as conseqüências, o ônus que essa obra lhes acarretará sejam por elas desconhecidas; 2) que não era contrário à implantação desse aeroporto, porque não era contrário ao progresso, e Guarujá precisava de fatores que incrementassem seu progresso, gerando emprego e renda, mas tinha preocupação central com os impactos ambientais, entre os quais os decorrentes da sonorização; 3) que as pessoas que viviam em Guarulhos vivenciavam essas dificuldades, porque muitas delas avançaram em direção ao aeroporto, e, agora, não havia como retirá-las de lá, e pretendia que o aeroporto de Guarujá não enfrentasse esses problemas no futuro, entre outros a desvalorização dos imóveis da região; 4) que, até agora, se vivenciavam os problemas do aumento das pessoas nas ruas na época durante o verão, e pouco retorno o município obtinha, mas, agora, com a implantação de alfândega em Porto Seco, pode ser que o município aufera algumas vantagens; 5) que sua preocupação dizia respeito às vantagens que o município teria com esse aeroporto, qual a contrapartida que seria oferecida para a desvalorização imobiliária, para a perda de qualidade de vida, 6) que a espécie humana ainda não estava em extinção, mas isso poderá ocorrer, e, por isso, não se devia minimizar os efeitos que obras como essa acarretavam para a perda da qualidade de vida; 7) que se perguntava se os representantes das entidades haviam discutido com suas bases os impactos decorrentes da implantação e funcionamento desse aeroporto, e se perguntava também se não seria necessário que outras audiências públicas fossem realizadas em outros lugares, porque ninguém vinha de bairros distantes, como Perequê e Santa Cruz, até aqui, embora o esclarecimento dessas pessoas fosse imprescindível; 8) que era possível também manter a Base Aérea ao lado do aeroporto, mas isso precisava ser discutido com a sociedade sem muita pressa, e era importante também que se discutisse na Câmara Municipal, numa audiência, antes de chegar o projeto, porque transparência e democracia não matavam ninguém. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. O Coronel Comandante da Base Aérea esclareceu que não pediu a palavra para falar de impacto ambiental, pois não entendia do assunto, mas declarar que a Força Aérea, desde o início desse processo, estava dando toda força para implantação do Aeroporto Metropolitano de Guarujá, o que ratificava com suas palavras e de sua família, e agradecia a todos que estavam prestigiando esse evento. Ao final, depois de agradecer a todos que prestigiavam esse evento, comentou que cidades como Campo Grande, Recife, Manaus, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, coabitavam, em uma mesma pista, uma parte civil e outra militar, e esse compartilhamento contribuiria para o sucesso desse empreendimento no futuro. Valter Batista de Souza, Secretário Municipal de Turismo do Guarujá, comentou: 1) que em um encontro de prefeitos em Brasília se debateu há algum tempo a viabilidade desse aeroporto em Guarujá, e que acreditava plenamente na possibilidade de se discutir, nessa audiência, de forma educada e elegante, e de se rever, também, alguns conceitos, como era o caso do Vereador Fábio, porque também era de esquerda e não mudara seus ideais, embora algumas idéias tenham mudado; 2) que as pessoas que se autodenominavam radicais não procediam como tal, pois ser radical significava ir à raiz das coisas, e essas pessoas que assim se chamavam não eram radicais, mas, sim, sectárias; 3) que se vivia em uma sociedade que precisava entender que o principal componente do meio ambiente era o ser humano, e os moradores do Guarujá viveram durante muito tempo apenas na miséria, pois a essência da economia da cidade sempre foi o turismo e o povo ficou sempre relegado ao segundo plano, uma vez que a cidade de Guarujá, durante toda a sua vida, sempre dependeu da temporada do verão; 4) que sempre se falou ser fundamental se construírem outras alternativas de acesso à cidade, para que ela pudesse desenvolver sua economia, gerar emprego e renda e para que as famílias carentes de Santo Amaro, onde nasceu e de onde nunca



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

saiu, pudessem ter alternativas melhores para suas vidas e para a de seus filhos, e era essa a cidade que também escolheu para viver e também criar seus filhos. 5) que reconhecia o esforço do Prefeito Farid Said Madi em demolir as barreiras as quais sempre cercaram a cidade de Guarujá, abrindo espaço democrático de discussão, como esse, pois no passado nada disso havia - não se podendo esquecer que as audiências públicas talvez tenham sido uma invenção do Governo Farid Said Maid, porque, quando militava no movimento estudantil, não se tinha oportunidade de discutir idéias e projetos fora do ambiente universitário, e, hoje, inusitadamente, se estava discutindo os rumos da cidade com os Governos Estadual e Municipal e com a sociedade guarujaense, e que essa abertura deveria contribuir para o arrefecimento de posições sectárias e radicais; 6) que entregara à Mesa uma série de documentos encaminhados por entidades, importantes no segmento do turismo do país, e que manifestavam seu apoio a esse projeto, e entre essas entidades estão o Sindicato de Empresas de Marinas e Assemelhados do Estado de São Paulo, a Associação Brasileira de Agência de Viagens, a Associação de Agência de Viagens de Ribeirão Preto, a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, Convention Visitors Bureau, Prefeitura Municipal de Santos e Balneário de Peruíbe, a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, e todas de maneira declarada manifestam seu apoio à implantação do Aeroporto Civil Metropolitano de Guarujá. Farid Said Maid, Prefeito do Município de Guarujá, comentou: 1) que a finalidade dessa audiência era ouvir as pessoas, para que colocassem suas dúvidas e inquietações e, também, para que os profissionais que elaboraram o Relatório Ambiental Preliminar respondessem essas dúvidas - o que em breve será feito - e, ao mesmo tempo, analisassem as propostas feitas que pudessem aprimorar esse projeto; 2) que pedia desculpas pelas atitudes de alguns e pedia desculpas também pela reação que teve, pois não podia ter-se calado diante de uma agressão tão grande; 3) que esclarecia não ser verdade que o plano diretor estivesse sub-judice, embora o Vereador Paulo Piasenti tivesse entrado na Justiça com o intuito de impedir sua promulgação, o que não foi aceito nem pela Justiça nem pelo Ministério Público; 4) que não era verdade que esse instrumento não contou com a participação dos profissionais da cidade, pois foram feitas audiências públicas na Associação Comercial, na Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarujá – oportunidade em que estavam presentes alguns profissionais que nesse momento estavam nessa audiência -, na CBL de Vicente de Carvalho, e que propostas feitas durante essas audiências foram incorporadas ao plano diretor, algumas com aprimoramento, e que não era verdade, portanto, que não se levou em conta o ponto de vista da comunidade e dos profissionais; 5) que, além disso, muitas pessoas consultaram o RAP na Prefeitura, expuseram suas dúvidas e tiveram o esclarecimento necessário, o que nunca havia acontecido nessa cidade; 6) que esse projeto não será implantado de uma só vez, mas por etapa, e, imediatamente o seria só o terminal de passageiro, devendo os demais equipamentos - como o terminal de carga e os acessos - ser objeto de estudos. Éelson Maceió dos Santos, Secretário de Meio Ambiente do Município de Guarujá, esclareceu: 1) que, pela complexidade desse empreendimento e a necessidade de ampliação da Base Aérea Militar, o Prefeito convidou o Comandante da Base Área para dar sua contribuição especializada na elaboração dos estudos, o que ocorreu e foi feito por ele gratuitamente; 2) que, com relação aos aterros sanitários e lixões, aos quais se referiu o representante da OAB, informava que o aterro sanitário fora embargado desde que sofreu um deslizamento em 2004, e que o lixo do município estava sendo depositado no Aterro Sanitário Terrestre Continental de Santos, que era autorizado, pois licenciado ambientalmente, e que, portanto, o lixo gerado em Guarujá não estava sendo depositado em lixão, mas, sim, em um dos aterros mais bem-ajustados ambientalmente, e que, inclusive, a Prefeitura Municipal de Santos forneceu atestado sobre a qualidade ambiental desse aterro, e esse atestado estava apenso ao processo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de licenciamento do aeroporto; 3) que existia política de compensações ambientais, com o objetivo de trazer compensações para cidade, e que muitos deviam ter acompanhado ou ouvido falar do processo de reurbanização da Praça 14 Bis, já no Governo do Prefeito Farid, processo este que foi amplamente discutido pela sociedade, pois uma área abandonada fora transformada em uma importante área de lazer para a cidade; 4) que se estava exigindo compensações das empresas responsáveis por empreendimentos, como era o caso da Codesp, por conta da criação da área portuária, cuja implantação tornou necessária à criação, pelo Prefeito, de um Comitê Portuário que discute as mitigações e compensações das obras vinculadas ao Porto de Santos, o que nunca fora discutido de forma séria, pois, embora a cidade estivesse de costas para o porto, ela sofria sua influência com seus impactos; 5) que a implantação do aeroporto também trará compensações ambientais para a cidade e para a sociedade, como a criação de unidades de conservação e de reservas, e uma delas ocorreria naquela parte de manguezal no Canal de Bertiooga, a qual se pretendia, com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União, transformar em reserva de desenvolvimento sustentável, prioritária para preservação; 6) que, com relação à transparência no processo de implantação desse projeto, tinha a dizer que foram informados todos órgãos da região, foram enviadas mais de 3 mil cartas, utilizadas as malas diretas das Prefeituras de Santos e do Guarujá, enviados mais de 5 mil e-mails, espalhadas faixas pela cidade, chamadas as lideranças comunitárias e várias autoridades, tornando disponíveis os estudos elaborados - para que fossem consultados durante os vinte dias que antecederiam a audiência - na Prefeitura de Santos, na Câmara Municipal de Bertiooga, na Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarujá e de Bertiooga, na Prefeitura de Guarujá -, enviados o edital - cumprindo-se assim mais uma determinação da legislação - e press-releases para os jornais locais e da região, procurando conferir-se, assim, a maior transparência possível ao processo de implantação desse empreendimento; 7) que, em relação a essa audiência, escolheu-se esse local, porque ele é representativo e simbólico, e a idéia não era que essa audiência fosse realizada na praia - em um hotel ou em resorts -, mas em um local onde as pessoas de todos os lugares pudessem chegar; 8) que, em relação ao plano diretor, ele foi discutido com a sociedade, foram feitas várias críticas, e que, dando acolhimento a um pedido da Promotoria, solicitou-se à SOS Mata Atlântica que se manifestasse acerca desse projeto e, para essa manifestação, foram convidados todos os vereadores e membros do Comdema, pois se tratava de uma entidade que possuía grande credibilidade - mais de 800 mil associados - e que, portanto, estava acima de suspeita, e essa entidade avaliou esse projeto; 9) que, se projeto possui algum problema técnico, ele será solucionado e se cumprirão todas as exigências ambientais; 10) que, em relação ao terminal de cargas, ele deverá ser amplamente discutido e será exigido das empresas e da Codesp que construam a perimetral e os acessos, e não utilizem as vias públicas; 11) que estava sendo construído pela Prefeitura um estacionamento municipal lá em Piaçaguera para transportar os caminhoneiros cadastros e que são também trabalhadores. Ao concluir, declarou que esse terminal de cargas não receberá qualquer produto, mas, sim, aqueles produtos eletrônicos que tenham alto valor agregado, e que não se pretendia exportar carga de soja pelo aeroporto, mas produtos que movimentem ISS, que representem impostos para o município, que essa era a política que se exige do Porto, uma vez que essa era a concepção que a Administração Municipal sobre a construção de uma política ambiental. Arquiteta Celina Bragança Cláudio, respondeu os questionamentos, entre os quais: que todos os estudos serão feitos, que se apresentou os dados até agora obtidos de forma simples; que o projeto foi mudado para trazer melhorias ambientais, entre as quais só se suprimir vegetação de gramíneas; que levantamentos sobre a existência ou não de animais que constam da lista de extinção foi feito no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

diagnóstico ambiental e tem o objetivo de se oferecer um panorama para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, pois esse estudo tem como finalidade mostrar o que existe na área, e realmente existem alguns de espécies ameaçadas de extinção, e os impactos a esses animais foram levados em consideração nas propostas para o manejo dessa fauna; que se faria a retirada de animais independentemente do fato de eles pertencerem ou não a espécies ameaçadas de extinção, e entre as medidas a serem adotadas incluía-se a criação de corredores ecológicos para que a fauna chegue às áreas florestais mais densas, e não adentrem ao aeroporto; que, em relação aos impactos de ruído, aquele que ocorrerá na fase de implantação será temporário, e, permanente, aquele produzido na fase de operação desse empreendimentos, mas que, pra sua minimização, serão aplicadas todas as normas vigentes. O Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, esclareceu: 1) que todos aqueles que pretenderem ainda oferecer uma contribuição ao projeto poderão encaminha-la no prazo de cinco (5) dias úteis contados a partir da data dessa audiência e que essa contribuição será encaminhada ao DAIA para que seja analisada a possibilidade ou não de ser incorporada ao processo; 2) que, em relação à crítica feita pelo Vereador Fábio sobre o atraso ocorrido para se dar início a essa reunião, tinha a dizer que primava pelo cumprimento do horário, e que esse atraso não ocorreu como estratégia voluntária para impedir a realização da audiência, mas, sim, em virtude da ocorrência de grande cerração na estrada, no início da tarde, e tal fato exigiu que se diminuísse significativamente a velocidade dos veículos, o que redobrou o tempo gasto para se fazer a viagem de São Paulo a Guarujá; 3) que, em relação à ausência de membros de Consema nessa audiência, todos haviam sido convidados, mas aqui não se apresentaram, o que talvez se devesse - que não tinha certeza e essa não era uma tentativa de justificar a ausência de pelo menos um conselheiro - aos poucos impactos que esse empreendimento causaria; 4) que as audiências públicas eram eventos muito importantes do processo de licenciamento ambiental, como bem comprovavam os registros feitos pela técnica do DAIA que estava à Mesa anotando tudo o que foi ouvido, de modo a transmitir aos técnicos que analisam os estudos sobre esse empreendimento, além do fato de que a ata que será redigida com base em todos os registros feitos será igualmente encaminhada ao DAIA, o que não significa que as pessoas recebam respostas pelas contribuições oferecidas; 5) que, em relação ao pedido de desculpas sobre o acirramento dos ânimos em alguns momentos dessa audiência, isso não lhe teria causado sentimentos de decepção, pois, com certeza, essa não fora a audiência mais complicada, e que era também com acirramento de ânimos que se construía a democracia. Foram entregues dois documentos manifestando apoio ao projeto encaminhado por: a) Vereador Francisco Pereira de Melo; b) por Celso Silvério Ferreira, representante do Sindicato dos Empregados em Edifícios, Condomínios, Empregados de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Guarujá e Bertioga. O Secretário-Executivo declarou que quem ainda quisesse oferecer alguma contribuição para o processo de licenciamento desse aterro – a qual seria anexada ao processo - tinha o prazo de cinco (5) dias úteis para fazê-lo, ou enviando-a através dos Correios ou protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do Consema. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema lavrei e assino a presente ata.